

Câmara Municipal de Pato Branco



PROTOCOLO GERAL 2347/2023
Data: 03/07/2023 - Horário: 12:48
Legislativo - ORP 224/2023

Ofício nº 231/AL

Pato Branco, 03 de julho de 2023.

Prezada Presidente Thania Maria Caminski Gehlen,

Vimos através deste, encaminhar ofício 81/2023 da Secretaria de Educação e Cultura, em resposta ao requerimento 963/2023, enviado ao Executivo Municipal através do ofício 269/2023-DL

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar votos de estima.

Atenciosamente,



Francieli Catusso Tamagno
Assessora de Assuntos Legislativos

Memorando 4- 16.823/2023

De: Miria V. - SEC-DA

Para: SEC - Secretaria de Educação e Cultura - A/C Jusara S.

Data: 03/07/2023 às 09:57:57

Setores envolvidos:

SEC, SEC-DA, SEC-DA-DDE, GAB-SEC, SEC-ADM-PESSOAL

requerimentos para serem respondidos

Pato Branco, 22 de junho de 2023.

Ofício nº 81/2023

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 963/2023

Senhora Presidente,

Em atenção ao Requerimento em referência, vimos através do presente prestar as informações solicitadas relativas a divulgação de lista de espera para vagas nos CMEIS, objeto do Projeto de Lei nº 42/2023, neste sentido esclarecemos que:

Quanto à divulgação da "lista de espera" propriamente dita, de um lado, temos uma previsão constitucional quanto à necessidade de "transparência" dos atos da administração que, somada à mencionada necessidade de "universalização" da oferta da educação infantil (também decorrente da Constituição Federal), a depender do "critério" utilizado para "convocação" das crianças para uma das vagas, a princípio determinaria, independentemente de qualquer "lei municipal" a necessidade de sua divulgação (até porque, se a "convocação" fosse efetuada por "ordem de inscrição" ou "antiguidade", os pais sem dúvida teriam o direito de saber em que "posição" se encontram na referida "lista" - além de saber quais os "critérios" utilizados para convocação das crianças que serão atendidas, quantas foram efetivamente "convocadas" etc.) e, de outro, temos a previsão legal de respeito à intimidade, dignidade e imagem de crianças e adolescente (cf. arts. 15, 17 e 18, do ECA), que tornaria naturalmente desaconselhável a ampla divulgação dos nomes de todas as crianças (e/ou mães) que se encontram em tal "lista de espera", especialmente se isto for associado (ainda que indiretamente) à carência econômica ou outra situação que possa lhes causar algum constrangimento.

Em relação à divulgação dos dados tem-se também o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que no seu art. 14 versa sobre o tratamento dos dados de crianças e adolescentes:

Art. 14 [...]

[...]

- 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Em relação aos dados dos pais também o texto da referida lei aduz que:

Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

O que em suma poderia ser adotado, seria o que dispõe o art. 4º, no seu inciso III:

Art 4º [...]

[...]

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Ressaltando que, o Município está finalizando a LGPD - PMPB, que versará sobre a forma de tratamento dos dados.

Esclarecemos ainda, que no momento o que se tem observado para a concessão das vagas é o disposto no TAC assinado junto ao Ministério Público ainda em 2016. Este estabelece 05 critérios, no que pese:

1. Situação de risco (art. 98 ECA), encaminhado pelo Conselho Tutelar;
2. Pais que trabalhem fora (comprovado por registro em CTPS), que não tenham com quem deixar os filhos;
3. Menor renda familiar;
4. Residir próximo ao CMEI;
5. Último critério será a antiguidade na lista.

Neste sentido, a divulgação de uma lista criaria uma falsa expectativa, visto que uma criança pode estar na primeira colocação na lista, mas se houverem novos cadastros, por exemplo com renda menor, ou solicitação do Conselho Tutelar, a criança que seria a “primeira” a ser chamada, não será, e sim aquela, que mesmo com cadastro mais recente, possa ter atendido o maior número de requisitos estipulados no TAC.

Cabe destacar também, que as regras para a divulgação de lista de espera para as referidas vagas estão elencadas no Projeto de Lei nº 335/2019, que já foi votado no Senado e seguiu para a votação na Câmara. Se aprovado o referido projeto, este visa acrescentar inciso ao § 1º do art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, sendo portanto, este projeto desnecessário.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e aproveitamos a oportunidade para renovar votos de estima e protesto.

Atenciosamente,

Jusara Aparecida de Oliveira Santos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

À

Exma. Senhora

THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco

Pato Branco - PR

—

Miria Letti Lucca Vicari

Diretora do Departamento de Ensino



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 291D-B249-9C56-07FD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JUSARA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS (CPF 815.XXX.XXX-49) em 03/07/2023 09:59:24
(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/291D-B249-9C56-07FD>